

# O CASO PRÁCIA (1941-1946): IMPRENSA ESTRANGEIRA, REPRESSÃO E CRIME IDIOMÁTICO NO ESTADO NOVO

## THE PRÁCIA CASE (1941-1946): FOREIGN PRESS, REPRESSION AND IDIOMATIC CRIME IN ESTADO NOVO

Henrique Schlumberger Vitichmichen<sup>1</sup>

**Resumo:** A imprensa ucraniana se consolidou em Prudentópolis nos primeiros anos do século XX. Os três principais referenciais dessa imprensa imigrante são, respectivamente, o *Zoriá*, em 1907, *Prápor*, em 1910, e o jornal submetido à análise durante esta pesquisa, o *Prácia*, que surge em 1912 com sede na cidade de Prudentópolis e desde então ainda é veiculado, não apenas para a sua cidade natal, mas também para outras localidades tanto nacionalmente como até mesmo no âmbito internacional. A partir do Estado Novo, em relação a suas políticas de Estado e tratamento dado às comunidades étnicas durante esse período, podemos perceber que a repressão sofrida por algumas comunidades é notável, não apenas com a questão idiomática, mas também em relação a imprensa, como no caso do *Prácia*. Buscamos, a partir deste trabalho, exemplificarmos a questão da repressão exercida contra algumas comunidades étnicas durante o Estado Novo. Para isso é necessário não apenas historicizar a questão do projeto getulista para com a “identidade brasileira”, mas também compreender como o idioma foi alvo de cerceamentos através do conceito de “crime idiomático”, o que afetou diretamente o trabalho da imprensa, no caso aqui colocado em pauta, a interrupção do *Prácia* entre 1941-1946. Consideramos que a discussão proposta, ainda que sucinta, pode contribuir com futuros estudos e perspectivas acerca da repressão em que as comunidades étnicas foram submetidas durante o período em questão.

**Palavras-chave:** Estado Novo; Prácia; Repressão; Crime idiomático.

**Abstract:** The Ukrainian press was consolidated in Prudentópolis in the early years of the 20th century. The three main references of this immigrant press are, respectively, *Zoriá* in 1907, *Prápor* in 1910, and the newspaper submitted to analysis during this research, *Prácia*, which appears in 1912 with headquarters in the city of Prudentópolis and since its emergence it is still published, not only for its hometown but also other locations both nationally and even internationally. From Estado Novo, its state policies and treatment given to ethnic communities during this period, we can see that the repression suffered by some communities it is notable, not only with the language issue, but also in relation to the press, as in the case of *Prácia*. We seek from this work to exemplify the issue of repression exercised against some ethnic communities during Estado Novo, for that it is necessary not only to historicize the issue of the getulist project towards “brazilian identity” but also to understand how the language was the target of restrictions through the concept of “idiomatic crime” which directly affected the work

---

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura em História, Pós-graduando em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: henrique-sv@hotmail.com

of the press, in the case presented here, the interruption of *Prácia* between 1941-1946. We believe that the proposed discussion, although succinct, may contribute to future studies and perspectives on the repression to which ethnic communities were subjected during the period in question.

**Keywords:** Estado Novo; Prácia; Repression; Idiomatic crime.

## Introdução

O Brasil, desde fins do século XIX, mais precisamente após a abolição da escravatura em 1888, iniciou uma forte política imigratória, incentivando estrangeiros a ocuparem e se assentarem em território brasileiro. O Estado do Paraná, principalmente, sendo o mais novo território emancipado do país, realizou uma forte propaganda para a vinda de imigrantes para ocupar e trabalhar em suas terras. Advém daí o fato de que a grande maioria dos imigrantes ucranianos se assentou no território e, até hoje, se concentra na região:

Destacando a necessidade de regulamentar a ocupação das terras de patrimônio público, a fim de evitar invasões, o incentivo a imigração europeia foi uma das soluções apontadas nesse contexto. Assim, a propaganda da existência de grandes extensões de terras férteis no Brasil e especialmente no Paraná, associada ao subsídio governamental da viagem dos custos iniciais na nova terra, foram alguns dos fatores de atração para os camponeses ucranianos, que enfrentavam dificuldades de ordem financeira e política em sua Pátria [...] Pautado na propaganda intensiva de uma terra propícia à prosperidade e ao enriquecimento do imigrante e, também, considerando que o impulso para o desenvolvimento do Estado estaria na imigração, o governo do Estado do Paraná apresentava esse território como a Terra da Promissão.<sup>2</sup>

Nessa onda imigratória, muitos povos adentraram o território nacional e se alocaram em diferentes áreas. Alguns desses povos fundaram colônias e cidades que ainda hoje são conhecidas por apresentarem tradições e culturas distintas de parte da população brasileira. Como um desses exemplos temos a cidade de Prudentópolis, fundada no interior do Paraná por imigrantes ucranianos que se firmaram no estado. Contando com uma cultura e tradição própria, esse povo, cercado por ritos e linguagens que transcendem o próprio município, chama a atenção para esses significados; assim dotados de diversos mecanismos, eles buscam manter e divulgar a cultura ucraniana entre os seus. Prudentópolis conta também com uma imprensa imigrante, que se origina primeiramente em Curitiba em 1907 e segue até os dias de hoje.

Atualmente, o principal periódico que lança luz a essa imprensa é o jornal *Prácia*<sup>3</sup>. Fundado em 1912, o jornal possui uma história centenária que marca a identidade ucraniana no interior do Paraná. A questão da imigração já foi vista através de muitas lentes e perspectivas

---

<sup>2</sup> SKAVRONSKI, Maria Inêz Antonio. **Rezar e benzer:** Rituais sagrados e identidade étnica em Prudentópolis – PR (1990-2014). Dissertação (Mestrado em História, cultura e identidades – Área de concentração: História, cultura e identidades) – Universidade Estadual de Ponta Grossa 2015. p. 33.

<sup>3</sup> Em sua tradução literal pode ser lido como “Trabalho”.

ao longo da história. A partir do século XX, aqui especificamente durante o Estado Novo (1937-1945), os imigrantes eram vigiados pelo governo de Vargas e sua política nacionalista, o que afetava diretamente as expressões culturais e idiomáticas desses povos, tal como afirma o linguista Gilvan Muller de Oliveira:

Durante o Estado Novo, mas sobretudo entre 1941 e 1945, o governo ocupou as escolas comunitárias e as desapropriou, fechou gráficas de jornais em alemão e italiano, perseguiu, prendeu e torturou pessoas simplesmente por falarem suas línguas maternas em público ou mesmo privadamente.<sup>4</sup>

Consequentemente, a imprensa imigrante e seu representante *Prácia* são diretamente afetados por essas questões, que podem ser analisadas a partir da perspectiva não só nacional, mas também internacional, devido, principalmente, à Segunda Guerra Mundial e suas consequências.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a partir do Governo Vargas, podemos notar uma forte política de controle imigratório no país. Seu controle era rígido assim como a discriminação e a desconfiança a essas pessoas. Como solução a isso, o fomento à adequação do imigrante à cultura e à realidade brasileira se tornou um dos projetos fundamentais de época:

Restaria ao governo Vargas fazer alterações na legislação imigratória para promover a integração dos imigrantes na sociedade brasileira. Essa integração seria a única maneira de os imigrantes deixarem de ser considerados uma ameaça à homogeneidade nacional, ou seja, como anti-sujeitos ou anti-adjuvantes. Era, portanto, inadmissível a manutenção dos traços estrangeiros e estranhos nos núcleos coloniais porque poderia haver uma “deturpação” no caráter nacional do Brasil, isto é, do objeto de valor a ser construído.<sup>5</sup>

Dentre os povos mais afetados por esses aparatos, estão os alemães, os italianos e os japoneses, mas outras etnias também figuravam nessa “lista”, como os ucranianos. Getúlio Vargas é uma figura curiosa e que possui muitas facetas que podem ser estudadas. Ao mesmo tempo em que era popularmente chamado de “pai dos pobres” (criando instituições e legislação que prevalecem até os dias de hoje, como a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), o presidente sustentava um regime com características autoritárias. Resignificava o Brasil como sendo uma terra de muitos povos, (encorajando e se orgulhando de nosso “caldeirão cultural”), mas simultaneamente admitia políticas anti-imigração para proteger a identidade brasileira e o forte nacionalismo presente em todo seu período de governo, mas principalmente durante o Estado Novo.

---

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Gilvan Muller de. Plurilinguismo no Brasil: Repressão e resistência linguística. **Synergies Brésil**. Brasília, v. 1, n. 7, p. 19-26. 2009. p. 22.

<sup>5</sup> BUENO, Alexandre Marcelo. O Estado Novo e sua relação com os imigrantes: a língua como defesa dos valores nacionais. **Estudos Semióticos**. São Paulo, n. 4. 2008, p. 5.

O governo varguista, porém, não iniciou com as políticas aqui em questão a partir da implantação do período estadonovista. De acordo com Endrica Geraldo, em seu artigo “O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo”, essas mudanças já estavam sendo implementadas desde seu primeiro mandato, em 1930:

Em dezembro de 1930, passados apenas dois meses da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, seu governo promovia a primeira medida de caráter restritivo em relação à entrada de imigrantes em território nacional. O decreto nº 19.482 estabeleceu que o ingresso de passageiros estrangeiros de terceira classe - que era a definição de imigração no período - ficaria limitado àqueles já domiciliados no país, aos solicitados por meio do Ministério do Trabalho para os serviços agrícolas, aos portadores de “bilhetes de chamada” e aos agricultores, agrupados em famílias. O decreto também instituía a “Lei dos 2/3”, segundo a qual quaisquer empresas deveriam ser capazes de demonstrar que pelo menos dois terços de brasileiros natos constariam entre seus empregados.<sup>6</sup>

Objetiva-se pensar, por meio de leituras acerca da questão idiomática, do contexto brasileiro dentro do regime varguista e da imprensa ucraniana (dando enfoque ao jornal *Prácia*), como o crime idiomático impactou os ucranianos, a utilização de seu idioma e sua produção escrita. Por fim, a partir dessas fontes historiográficas, busca-se historicizar não apenas a imprensa ucraniana, mas também o impacto do Estado Novo para os grupos étnicos (sobretudo os ucranianos) e como o contexto externo e interno do país pode nos auxiliar no entendimento para com esses cerceamentos étnicos.

### Imigrantes no Estado Novo

Desde seu início, o governo getulista possuiu uma forte presença nacionalista. Assim, suas medidas eram implementadas com a justificativa de se preservar e proteger a brasilidade e o povo brasileiro. Como observamos a partir de Geraldo, um desses exemplos foi a necessidade de se proteger o trabalhador nativo e evitar que seus empregos fossem “roubados” por estrangeiros, como a historiadora Mary Del Priore explica em seu livro *Histórias da gente brasileira: República – memórias (1889-1950)*:

Enquanto rugia a guerra na Europa, no Brasil, imigrantes alemães, japoneses, italianos, e seus descendentes passaram a sofrer grande repressão do governo, da população “nacional” e da própria mídia, que fomentava a raiva e alarmava a população, taxando-os de inimigos da nação. No início da guerra, os teuto-brasileiros, não hesitaram em exibir sua simpatia pelas ideias importadas da Alemanha.<sup>7</sup>

<sup>6</sup> GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. *Revista de História, Juiz de Fora*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 171-187, abr./jun. 2009, p. 172.

<sup>7</sup> DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira, Volume 3: República – Memórias (1889-1950)*. 1. ed. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. p. 131.

Antes mesmo de a Segunda Guerra eclodir em 1939, já se observava um caráter xenofóbico em algumas áreas, misturadas com a eugenia de época e o nacionalismo exacerbado. O ambiente era propício para as medidas que, dentre tantos outros, iriam afetar diretamente os ucranianos e o jornal *Prácia*.

A historiografia atual reconhece o caráter complexo de Getúlio, entre cujas facetas está a de um líder com tendências autoritárias, um autoritarismo que chegava a ponto de em anos anteriores a guerra “flertar” com Hitler e seus ideais nazistas. Não é à toa que um dos atos mais notórios do presidente no que cerceia essa questão foi a extradição de Olga Benário Prestes, esposa de Luís Carlos Prestes, em 1936, para a Alemanha nazista, onde foi executada em 1942 no campo de concentração de Bernburg.

O “flerte” com o nazismo também é percebido na sociedade, principalmente em anos precusores à Segunda Guerra. Muitas pessoas não escondiam sua simpatia ao regime, utilizando até mesmo de reuniões pró-nazismo:

Viam-se com frequência bandeiras com a cruz gamada em festejos e grupos de jovens imitando a juventude Hitlerista ou a União de Moças Alemãs, sobretudo nos estados do Sul. Esses grupos mais entusiasmados promoviam passeatas e acampamentos, sem se importarem com a sensibilidade dos brasileiros. Ademais, entre as autoridades, enxergava-se na Alemanha importante parceiro comercial e militar.<sup>8</sup>

Acreditamos que, para compreender melhor as questões do projeto nacionalista de Getúlio e as medidas impostas por seu governo a algumas etnias que aqui viviam, é pertinente ressaltarmos também o contexto que a guerra trouxe para o Brasil, ou como ela reverberou em nosso território nacional. Obviamente não estamos aqui colocando que o governo varguista e suas políticas para com esses povos foram realizadas unicamente pela situação totalitarista da Europa. Como já foi dito anteriormente, Getúlio Vargas é uma figura de muitas facetas, assim como seu governo e seus projetos, porém, para o trabalho em questão, acreditamos que a atuação brasileira no conflito e todo o contexto de época auxiliaram em maior ou menor grau a percepção social dos brasileiros em torno desses imigrantes e descendentes.

Inicialmente se mantendo neutro, o Brasil fora pressionado principalmente pelos EUA para auxiliar na luta em território europeu. Logo no início da década de 40, o governo começou um projeto de resgate de suas forças armadas, contando com auxílio norte-americano, e seguiu rumo à Guerra, quando atuou principalmente em território italiano, contra o fascismo de Mussolini:

FEB foi o nome dado à força militar brasileira constituída em 9 de agosto de 1943 para lutar na Europa ao lado dos países Aliados, contra os países do Eixo. Integrada inicialmente por uma divisão de infantaria, a FEB acabou por abranger todas as tropas brasileiras envolvidas no conflito. Adotou o lema “A cobra está fumando” em resposta

---

<sup>8</sup> Idem.

aqueles que consideravam ser mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na guerra.<sup>9</sup>

Enquanto isso, no Brasil, o acirramento para com os grupos imigrantes crescia com o decorrer do tempo, à medida que a guerra se alastrava e que as notícias do *front* vinham chegando ao país. Se outrora a simpatia com os regimes totalitários existia em alguns lugares, durante o início da década de 40 esses simpatizantes se viam perseguidos pelas autoridades brasileiras. Aliado a esses pontos, o governo brasileiro iniciou uma política de controle imigratório e de vigília contra entidades étnicas (principalmente alemães, japoneses e italianos). Nesse período, esses grupos se viram perseguidos, instituições eram ou fechadas ou remodeladas ao trato visto adequado aos padrões da época, e jornais como o *Práxia* tiveram suas atividades interrompidas, assim como o controle fronteira se viu mais rigoroso. Logo, mesmo que essas instituições nada estivessem a oferecer além de suas próprias manifestações culturais, eram repreendidas em nome da segurança nacional:

“Os imigrantes “Eixistas” eram patrulhados; grassava a “lógica da desconfiança” incentivada pela polícia e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Qualquer correspondência dirigida aos membros dessas comunidades era considerada suspeita e vasculhada.”<sup>10</sup>

Foi em meio a esses temores que tivemos no Brasil uma verdadeira ofensiva contra a colonização e imigração estrangeira, o temor da má conduta de europeus, principalmente os vinculados ao Eixo, e uma possível ação de integrantes e espões desses partidos era recorrente. Assim é que a própria manifestação desses grupos em língua nativa era vista com maus olhos, proibida em locais públicos e repreendida, ao passo que tal ação poderia enquadrar o cidadão como um simpatizante do Eixo: “E não faltaram campos de concentração para internar os suspeitos: foram 31 ao todo, de Belém a Santa Catarina, embora alguns presos, por razões políticas, tenham sido encaminhados para Ilha Grande ou para a Ilha das Flores”<sup>11</sup>. Em relação ao idioma estrangeiro, além do contexto de desconfiança, o projeto nacionalista do Estado Novo previa a manutenção do idioma nativo como um forte mantenedor e agregador da cultura e integração nacional, de modo que o conceito jurídico “crime idiomático” passa então a ganhar forma. De acordo com Ângela Corrêa Balbaaki, esse conceito é explicado através da linguista Eni Orlandi como um recurso de manutenção linguística, sendo que o Estado Novo, em suas palavras:

Certamente, foi um período marcado pela nacionalização do ensino e de grande controle em âmbito linguístico; foi criado o conceito jurídico “crime idiomático”.

---

<sup>9</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 133.

Segundo Orlandi (2009: 113), “o crime idiomático se apoiava em decreto do Estado que dispunha sobre que língua se deveria falar, quando e onde”.<sup>12</sup>

Para a política estado-novista em voga, a educação era uma das principais fontes de atuação, de maneira que o idioma tinha nesses ambientes educativos uma forte presença, fortalecendo encorajamento de fala. A ampliação dos considerados “valores nacionais” da época ocorreu inclusive para as colônias estrangeiras, que até então poderiam se ver resistentes a influência brasileira em sua cultura, como o caso da comunidade ucraniana de Prudentópolis.

### **A Política imigratória no Brasil**

A imigração ucraniana tem início no Brasil principalmente a partir do final do século XIX. Como já discorremos, após a lei Áurea se iniciou uma política de propaganda imigracionista visando à garantia de mão de obra para o país. No caso dos ucranianos, a maioria dessas pessoas se assentou no Estado do Paraná principalmente por uma necessidade de ocupação territorial. O Império brasileiro, com esse objetivo de atrair mão de obra barata e ocupar terras consideradas despovoadas, direciona aos ucranianos uma propaganda de renovação de vida, oportunidades de terra e prosperidade. A propaganda tem impacto em meio a um povo que se via desmotivado e temeroso, em face da conjuntura em que estavam vivendo, perpassando disputas territoriais e sob o jugo do império austro-húngaro em suas fronteiras. Quando abordando a primeira etapa da imigração no século XIX, a historiadora Oksana Boruszenko nos fala que:

A primeira, data dos fins do século XIX, quando milhares de ucranianos, sobretudo lavradores da Galícia e Bukovina que, desde o Congresso de Viena, estavam sob o domínio da Áustria, em consequência da superpopulação agrária e débil industrialização, e ainda as más condições sócio-econômicas, abandonaram as terras negras e transferiram-se para outros países, entre os quais o Brasil e, particularmente, o Estado do Paraná.<sup>13</sup>

É a partir dessa conjuntura e da situação de pobreza com que vivia grande parte da população ucraniana, que a propaganda brasileira passa a se caracterizar como algo atraente entre as camadas populares. Deste modo, todo o misticismo que vivia o Brasil, tratado como um novo exótico do chamado “novo mundo” e a promessa de terras férteis e abundantes fizeram com que boa parte dessas pessoas resolvessem sair de seu país de origem e rumar ante uma nova oportunidade de vida.

---

<sup>12</sup> BALBAAKI, Angela Corrêa Ferreira. Ensino língua portuguesa para surdos no Estado Novo: por uma história das ideias linguísticas. **Lingvarvm Arena**. Porto, v. 10, 2019, p. 25.

<sup>13</sup> BORUSZENKO, Oksana. A imigração ucraniana no Paraná. **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH**, Porto Alegre, set. 1967, p. 427.

Assim que chegaram ao Brasil, após uma longa jornada, a maioria dos colonos rutenos<sup>14</sup> aportou na chamada Ilha das Flores. De lá foram escoltados pelas autoridades governamentais às suas respectivas terras. O Paraná como destino foi uma decisão também política, em virtude da necessidade de se povoarem os vazios demográficos<sup>15</sup> após a emancipação territorial em 1853, aliada a outros fatores, ocasionando o assentamento dos rutenos principalmente na região em questão. Logo que esses imigrantes entraram em contato com os percalços a que foram submetidos, desde terras impróprias a um descaso governamental, iniciou-se um processo de manutenção simbólica dessas colônias, o que contribuiu para a futura imprensa ucraniana, a manutenção cultural em torno da comunidade e o ressentimento para com o Brasil. Portanto, percebemos desde o Estado Novo uma querela étnica entre esses dois povos. Queremos dizer assim que, apesar de acentuada durante esse período, a dinâmica entre os povos poderia ser vista em certo grau desde antes de Vargas, fato que perpassou não apenas os ucranianos, mas também outras comunidades imigrantes que no Brasil se assentaram:

Os rutenos que vieram ao Brasil no final do século XIX eram então uma população quase totalmente composta de camponeses analfabetos, alijada da educação e sem participação na vida administrativa local; com sua vida completamente ligada a atividade na terra e com pouco acesso à educação, esses camponeses não tinham contato com ideias que extrapolassem suas vivências cotidianas na aldeia.<sup>16</sup>

A vinda de padres e missionários ucranianos que começa a ocorrer logo após a vinda dos colonos a terras brasileiras é parte fundamental da criação da futura imprensa ucraniana, que viria a ser uma das fontes fundamentais de manutenção cultural da comunidade, a partir da primeira metade do século XX, e alvo de repressões e vigílias brasileiras. Inicialmente com um caráter educativo, de folhetins e alfabetização local que ficaria a cargo desses missionários, viu-se a necessidade de ampliar essas questões para algo que mantivesse os ritos e a cultura ucraniana viva e circulando em torno do seio social. Assim, o trabalho em torno da imprensa se dá inicialmente em Curitiba com o *Zoriá*<sup>17</sup>, em 1907.

Publicado sob a égide de ser o primeiro jornal ucraino-brasileiro, o periódico seria comandado pela *Intelligentsia* ucraniana e contaria inicialmente com o apoio da Igreja para suas atividades:

---

<sup>14</sup> Rutenos é a denominação utilizada para denominar os povos oriundos da região da Galícia.

<sup>15</sup> Tese que caracteriza uma região com baixa densidade populacional como um “vazio” que necessita ser ocupado. Ao longo do século XIX fora utilizada para justificar a imigração, muitas vezes ignorando a presença dos povos nativos nessas áreas. Para informações mais detalhadas sobre o conceito de vazios demográficos e a ocupação do Paraná, ver: ALMEIDA, Leticia Leal de. **Regionalismo paranaense: do esboço de uma sinopse de história regional do Paraná à história do Paraná (1951-1969)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016).

<sup>16</sup> GUÉRIOS, Paulo Renato. **A imigração ucraniana ao Paraná: Memória, identidade e religião**. 1. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2012. p. 37.

<sup>17</sup> Em sua tradução literal pode ser lido como “Estrela”.

Durantes as primeiras impressões o Jornal Zoriá recebeu ajuda financeira da igreja, porém, logo que pode contar com o financiamento dos membros do Prosvita para a compra de uma máquina de impressão de caracteres cirílicos, tal dependência diminuiu. Isso fez com que o campo de disputa de espaços sociais entre o jornal e a igreja trouxesse à tona novamente as relações de poder entre a Intelligentsia e os sacerdotes.<sup>18</sup>

Vale notar que os jornais aqui descritos, do *Zoriá* ao *Prácia*, foram desde suas origens até os dias atuais sendo publicados em ucraniano, sendo que até meados da década de 90 continham o idioma em sua integralidade, passando a dividir espaço com o brasileiro apenas recentemente. Essa questão idiomática presente ao longo da trajetória da imprensa ucraniana no país se manteve presente não por mero capricho. É consenso que a prática idiomática e o idioma de um povo caracterizam a sua construção identitária, compreendendo aqui a identidade de um sujeito ou grupo, como uma construção social e cultural, como nos fala Stuart Hall: “[...] em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento”<sup>19</sup>. Além disso, é importante levarmos em conta o *capital simbólico* de que fala Bourdieu para as identidades culturais. Atuando como detentor desse capital simbólico e mediador cultural, o jornal, por meio do seu idioma, atuaria nessa representação identitária e simbólica na comunidade. Logo, no caso dos ucranianos, um fio condutor entre os colonos e sua pátria mãe é fundamental para as pessoas manterem vivas suas práticas e ritos:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...]. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades.<sup>20</sup>

Apesar de, em seu período inicial, o *Zoriá* contar com o apoio da Igreja para suas atividades, logo desavenças começaram a surgir entre o grupo dirigente do jornal e os membros do clero. Quando a Igreja interrompeu seu auxílio financeiro ao jornal, isso impossibilitou a continuidade de sua produção, sendo que em 1910 suas atividades seriam encerradas e seu sucessor, o *Prápor*<sup>21</sup>, agora produzido inteiramente pela Igreja, tomaria seu lugar como principal periódico. O segundo jornal contava com um viés mais religioso em suas páginas, trazendo informações religiosas e um espaço para a veiculação de informativos de missas e outros eventos locais. Apesar disso, o jornal também não prosperou devido principalmente a

<sup>18</sup> PRADO, Anderson. **O jornal ucraniano-brasileiro *Prácia***: Prudentópolis e a repercussão do Holodomor (1932-1933). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017, p. 68.

<sup>19</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 24.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>21</sup> Em sua tradução literal, pode ser lido como “Estandarte”.

embates com a comunidade e a imprensa brasileira. Nesse sentido, ressaltamos o jornal *A República* como principal “adversário” ao informativo ucraniano:

[...] logo após a publicação do primeiro número do *Prápor*, o jornal brasileiro *A República* comentava em editorial de primeira página que o *Prápor* “ataca[va] violentamente a representação do Paraná e o Governo do Estado” e apontava a polícia e as autoridades estatais como “ajuntados de toda a parte e pagos pelo Governo, homens sem escrúpulos e na maioria negros e vagabundos.”<sup>22</sup>

O discurso principalmente a partir do uso exclusivo do idioma ucraniano dentro das páginas do jornal fez com que o periódico brasileiro apenas ampliasse suas críticas, afirmando que os ucranianos estavam deliberadamente afastando a comunidade brasileira de seus negócios. Deste modo, a turbulenta relação entre essas duas etnias iniciada no último decênio do século XIX seria levada adiante. Devido a esses fatores, a circulação do *Prápor* seria encerrada após deliberações locais dos próprios rutenos, e logo em 1911 suas atividades seriam interrompidas, abrindo espaço para a formulação de um outro periódico que, assim como seu antecessor, seria dirigido pela Igreja. No ano de 1912 surge, então, em Prudentópolis, o Jornal *Prácia*, que, contando com uma trajetória centenária, atualmente se configura como um dos principais símbolos da imprensa ucraniana em terras brasileiras, agindo como um elemento agregador dentro da comunidade local, adquirindo o caráter de símbolo cultural ucraniano:

Desde o primeiro periódico, o Jornal desempenhou um papel didático religioso, cujo principal foco foi a conexão do imigrante com a igreja, porém, com a intenção de elevar culturalmente os imigrantes. O *Prácia*, diferente do *Prápor*, trouxe informações que iam além do campo da religião.<sup>23</sup>

*Prácia*, em sua tradução literal, significa “trabalho”; assim como os jornais anteriores, esse significado possui um objetivo: o jornal buscava entre suas páginas salientar a luta e a persistência do imigrante em terras estrangeiras e muitas vezes inóspitas, fazendo apologia ao trabalho árduo e cotidiano de cada um. Neste sentido, o periódico busca já em seu nome apresentar ao leitor essa trajetória e mais uma vez valorizar a perseverança do povo Ucraniano. As páginas do *Prácia* recorrentemente buscam, entre outras coisas, reforçar costumes que agradavam a Igreja e se encaixavam no modo apropriado de se viver; com isso, podemos entender a necessidade e o objetivo que o periódico tinha para com a permanência e a difusão de tradições que deveriam ser mantidas no seio da sociedade.

<sup>22</sup> GUÉRIOS, Paulo Renato. Op Cit., p. 185.b

<sup>23</sup> PRADO, Anderson. **Holodomor (1932-1933):** Repercussões no jornal ucraniano-brasileiro *Prácia*. 1. ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. p. 88-89.

## Da Grande Guerra a Getúlio

Logo no início do século XX, a Europa se vê assolada por conflitos com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914. Apesar de o Brasil não ter participado diretamente do conflito, contribuindo mais com mantimentos e artigos de necessidade para as tropas americanas principalmente, o clima de tensão e suspeita acerca de imigrantes e etnias europeias, principalmente as que estavam em alinhamento com a Tríplice Aliança, foi acirrada no país. Assim como aconteceria em anos posteriores, algumas instituições étnicas foram atacadas. Os periódicos produzidos e destinados a essas pessoas foram vigiados e atacados tanto por autoridades quando pela sociedade, como nos fala Marcio de Oliveira acerca do caso envolvendo o jornal *Der Kompass*:

No dia 29, eram noticiadas diversas ações violentas, tais como passeatas com gritos de “Morra a Alemanha”, ações contra o patrimônio de descendentes e “colossal” incêndio de quadros do Kaiser retirados à força das associações alemãs. Noticiava ainda que a sede do jornal *Der Kompass* havia sido incendiada.<sup>24</sup>

Essas vigílias poderiam se dar tanto na forma de ordem de fechamento desses locais ou por ataques diretos à sede, como ocorreu em Curitiba com jornais alemães, já que tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra, fora essa comunidade uma das mais vigiadas e atacadas. O jornal *Der Kompass – A Bússola –* (1909-1939), por exemplo, teve sua sede incendiada em Curitiba por brasileiros que acreditavam em uma aproximação do jornal com a ideologia alemã. Dessa forma, outras comunidades étnicas tomaram suas próprias atitudes para refrear esses ataques, seja interrompendo por conta própria suas atividades ou tomando posições claras a favor dos brasileiros e do projeto nacional:

Da mesma forma, membros das comunidades ucranianas apressaram-se em se diferenciar da Alemanha em guerra. A análise da imprensa curitibana durante o conflito não indica, porém, uma tendência em direção a uma sociedade multiétnica. A integração dos imigrantes e descendentes à sociedade nacional nunca deixou de ser o norte do governo brasileiro e, mesmo, das elites locais. Com efeito, o processo de nacionalização do ensino ganhou fôlego no ano de 1917 e se tornou política pública nos anos 1920, com o objetivo de incentivar práticas de civismo, difundindo o sentimento de pertencimento a nação.<sup>25</sup>

Quando, nos anos 30, Getúlio Vargas chega ao poder por meio da chamada “revolução de 30”, vê-se a necessidade de um projeto nacional que resgatasse a identidade e o orgulho do povo brasileiro, procurando se distanciar dos modos iniciais do período republicano, é através do *Estado Novo* que esse projeto irá ter seu início. Podemos compreender, com os estudos de José Murilo de Carvalho, em especial de sua obra *A formação das Almas: o imaginário da*

---

<sup>24</sup> OLIVEIRA, Márcio de. A cidade de Curitiba e os imigrantes alemães durante a primeira guerra mundial, uma análise da imprensa local. **Cadernos Ceru**. São Paulo, v. 23, n. 2, 2012, p. 192.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 196.

*República no Brasil*, que o universo do simbólico e o forjamento de mitos, ritos e heróis são essenciais para a consolidação ou de um regime ou de uma identidade nacional levada a cabo desde a Proclamação da República. Viu-se a necessidade do forjamento dessas significações, tanto para romper com o período imperial, quanto para dar o tom da nova República. Observa-se aí, por exemplo, o trabalho de imagem dos novos “heróis nacionais” incorporados à República, a confecção de uma nova bandeira nacional e o planejamento de um hino nacional que reverberaria entre os brasileiros. Por conseguinte, apesar de esse tratamento para com a “identidade nacional” já existir e ser trabalhada anteriormente ao projeto getulista, é por meio do Estado Novo que ele ganha mais força:

O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também [...] por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na média em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas.<sup>26</sup>

Portanto, diante disso pode-se perceber que, para a construção do projeto de nação varguista, um dos pontos mais trabalhados fora a questão da manutenção idiomática, que, como já discorremos anteriormente, possui uma posição-chave para a construção do imaginário social e senso de pertencimento nacional:

Em se tratando de nacionalidade e nacionalismos, as temáticas da língua e raça emergem como duas questões que perpassam o discurso político, ou as práticas, sobre o tema [...] com base na imagem de um país disperso, fragmentado, desencontrado, propunha-se o caminho na direção da busca de raízes brasileiras. Essas raízes foram buscadas nos diversos aspectos da realidade brasileira, envolvendo evidentemente os atributos de raça e língua. Significativo foi, para a busca da identidade nas raízes do Brasil, o apelo emotivo, no sentido de que cada indivíduo, para “ser brasileiro”, deveria “sentir-se brasileiro”.<sup>27</sup>

Logo, o trabalho do governo para com a difusão e o aperfeiçoamento do idioma português se deu também nas escolas. Ora, como as comunidades de imigrantes em sua boa parte utilizavam de seu idioma próprio, o ensino do idioma local passou a ser proibido e seria substituído pelo português, de maneira que a integração nacional entre esses povos fosse possível. No tratamento dado especificamente à língua ucraniana, durante esse período, escolas principalmente de Prudentópolis foram pressionadas para adequação ao idioma brasileiro. Consequentemente, o idioma ucraniano ficaria então a cargo da própria família, o que, apesar da continuidade da prática idiomática entre os membros da comunidade, gerou consequências,

<sup>26</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 11.

<sup>27</sup> CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 1998. p. 38-39.

sendo que a utilização do ucraniano é visto por alguns dos seus como motivo de vergonha, tornando-se um dispositivo não de orgulho étnico, senão de isolamento social:

De qualquer maneira, uma das principais consequências da obrigatoriedade do ensino do português nas escolas foi uma tentativa de silenciamento das línguas minoritárias e a imposição do português como língua única, legítima, símbolo da nacionalidade brasileira.<sup>28</sup>

Ainda na questão do preconceito linguístico, este para com o ucraniano e a consequente diminuição de seu uso por parte de alguns praticantes se dão também pelo motivo de constar como um idioma interiorano principalmente, já que é sobretudo nas regiões mais afastadas dos grandes centros que a prática idiomática permanece com mais força ainda hoje. Podemos encontrar, no artigo de Edina Smaha e Loremi Penkal, alguns relatos feitos no ano de 2018 para mapeamento dessas práticas idiomáticas e sua manutenção no município, através dos quais podemos perceber falas de pessoas vítimas desse preconceito e sentimento de interiorização linguística:

Outra informante relata que, durante a sua estadia temporária na cidade de Curitiba, foi vítima de preconceito, motivado principalmente pela sua maneira de pronunciar o “r” quando falava português. Para ela, esse foi um período de sofrimento. A informante acredita que o a rejeição a sua maneira de falar se dava não só pelo fato de ela ser descendente de ucranianos, mas por ser uma descendente vinda do interior. Esta situação fez com que ela não quisesse mais frequentar a escola até que, a pedido de seu tio, a diretora a transferiu de sala, amenizando o ocorrido [...] situações como as descritas afloraram crenças e atitudes negativas não só do outro, mas também dos próprios falantes em relação à língua ucraniana falada em Prudentópolis. Uma vez que sua língua passou a ser associada com o atraso rural, seu uso começou a declinar.<sup>29</sup>

Compreendendo que, especificamente na cidade de Prudentópolis, o ucraniano ainda é falado por grande número de pessoas e que o município denominado “Ucrânia brasileira”, possuindo seus ritos e cultura muito arraigadas na comunidade, é de se compreender que as restrições impostas ao idioma durante o Estado Novo, apesar de projeto nacional, não extinguiu a questão simbólica e a cultura de ritos ucranianos presentes no local, tais como o ato de benzer alimentos e flores, as práticas de páscoa, e os cânticos religiosos em idioma ucraniano<sup>30</sup>. Em realidade, apesar dos cerceamentos, das restrições idiomáticas e do encerramento das atividades do *Prácia* durante o Estado Novo, o idioma e a manutenção da língua ainda são fortes dentro

<sup>28</sup> SMAHA, Edina; PENKAL, Loremi Loregian. Crenças que desencadeiam atitudes desfavoráveis à manutenção da língua ucraniana em Prudentópolis, Paraná. **Revista Interfaces**, Guarapuava, v.10, v. 1, p. 151-161, jan./abr. 2019, p. 159.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 155.

<sup>30</sup> Para mais informações acerca dos aspectos ritualísticos presentes em Prudentópolis ver SKAVRONSKI, Maria Inêz Antonio. **Rezar e benzer: Rituais sagrados e identidade étnica em Prudentópolis – PR (1990-2014)**. Dissertação (Mestrado em História, cultura e identidades – Área de concentração: História, cultura e identidades) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015.

do município – manutenção, esta, feita principalmente por entidades religiosas locais, como a Ordem de São Basílio Magno:

Num entrelaçamento de crenças e tradições, onde os rituais de bênçãos são práticas constitutivas de uma realidade construída alicerçada nos discursos da Igreja Greco Católica Ucraniana a identidade étnica persiste entre os fiéis que participam dessas cerimônias religiosas. Essa etnicidade é reafirmada na língua ucraniana e no rito bizantino.<sup>31</sup>

Ainda na problemática do idioma e da sua importância para a manutenção da cultura ucraniana, é importante termos em mente que o idioma ucraniano foi utilizado inteiramente nas páginas dos jornais desde seu primeiro exemplar. O *Zoriá*, em todo o seu período de circulação, adotou o idioma nativo como parte essencial da identidade do periódico. Naturalmente, o jornal sendo redigido inteiramente no idioma em questão era por um lado essencial para os ucranianos que se assentaram em terras paranaenses, pois o contato com sua língua materna, além de facilitar a comunicação e o processo de vivência comunitária, serviria também para manter todo seu universo simbólico vivo, já que a própria natureza da linguagem é o que conecta a pessoa com sua terra natal. Dessa forma, a experiência dos imigrantes ucranianos que quando para cá vieram, em uma terra distante com costumes e idioma próprio, sendo incapazes de se comunicar com alguém além de seus semelhantes – podemos conceber a sensação de vazio e solidão que pudera acometer essas pessoas –, pode-se associar, como faz a filósofa Hanna Arendt, ao processo de falta de contato idiomático com o exílio, levando em conta a condição da autora de refugiada do regime nazista.

Pensando em outras possibilidades, podemos analisar o processo de exclusividade ucraniana dentro dos jornais como um distanciamento social (intencional ou não) entre a comunidade ucraniana e os brasileiros. Ora, uma vez que os padres iniciaram seus trabalhos para com a imprensa ucraniana, a mensagem que se gostaria de passar, ou uma delas, era a exclusividade do periódico, reforçada essa ideia em seus sucessores (principalmente a partir da realocação da gráfica de Curitiba para Prudentópolis). Os jornais seriam idealmente feitos por ucranianos e para ucranianos, concebendo-se a ideia de que, assim, as autoridades e a sociedade brasileira não teriam acesso à imprensa, de modo que isso não seria visto, provavelmente, como um problema inicial. Foi apenas a partir da década de 90 do século passado que o *Prácia* começou a adotar uma postura mais aberta, sendo que atualmente o jornal é dividido entre o ucraniano e o português, ainda que em algumas décadas anteriores pudéssemos encontrar em suas páginas anúncios brasileiros. Foi no fim do século XX que essa característica predominou

---

<sup>31</sup> SKAVRONSKI, Maria Inês Antonio. Op cit., p. 131.

inteiramente em suas páginas, transpondo seu conteúdo também para a comunidade brasileira ao mesmo tempo em que se mantinham suas raízes culturais.

### **Linguagem e identidade**

O crime idiomático que se considerou durante o Estado Novo cerceava a liberdade cultural das comunidades que aqui viviam, em nome da segurança e, sobretudo, de um projeto nacional ou da criação de uma suposta “identidade brasileira”, que descarta essa pluralidade étnica para conceber o idioma português como capaz de ligar os brasileiros a um único sistema. Ora, até mesmo essas comunidades étnicas eram incentivadas a se readaptarem a uma nova identidade e realidade que seria forjada a partir do sentimento nacionalista do Governo Vargas. Apesar de os ucranianos terem tido parte nesse histórico, podemos constatar que os mais afetados pelo contexto foram os alemães, os japoneses e os italianos, que acima de tudo eram vigiados e limitados pelo Estado brasileiro.

A limitação da prática idiomática desliga seu povo de uma concepção de mundo. Se compreendermos que o próprio sentimento, a própria ideia é concebida através da linguagem e da expressão linguística, logo há de convirmos que o cerceamento do idioma inibe a conexão entre o pensamento e a ideia, entre a expressão e a ação. Como pensar algo que não é concebido nem em palavras? Como formular e nutrir um sentimento se aquilo não pode ser cultivado pelo vocábulo? É claro que aqui estamos falando de uma prática de longo prazo, o controle idiomático, bem como o que decorre disso, não pode ser feito a curto período. Através da afirmação do literário Marcelo Pen, quando comenta o controle idiomático na obra *1984* de George Orwell, pelo novo vocábulo do partido (“Novafala”) e que objetiva a destruição do idioma antigo e suas ideias (“Velhafala”), podemos melhor compreender tal aspecto:

A mais poderosa arma para a abolição do pensamento independente e da reflexão crítica, a Novafala é o idioma que viria a substituir o inglês padrão, ou Velhafala. Por meio de uma série de mecanismos linguísticos implementados nessa língua fabricada, seria possível impedir qualquer ato de desobediência, pelo simples aniquilamento da ideia que leva a ação. A fala desvincula-se do pensamento, a articulação da consciência.<sup>32</sup>

Compreende-se que, para uma concepção historiográfica contemporânea, devemos levar em conta as múltiplas camadas que constroem a identidade popular e cultural de uma determinada comunidade. Dito isso, deve-se levar em conta aspectos que consolidam uma etnia e seu senso de pertença a um local. Identidades individuais ou coletivas não devem ser naturalizadas e colocadas em um estado solidificado; pelo contrário, elas são construídas e

---

<sup>32</sup> ORWELL, George. 1984. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 31.

constantemente readaptadas de acordo com a conjuntura de momento e com o universo social que a cerca. No caso ucraniano isso se deu também com o contato entre dois povos. É a partir disso que se considera a perspectiva idiomática uma das principais formas de representação cultural de uma comunidade. Como já foi dito previamente, o cerceamento dessa prática pode levar tanto a um enfraquecimento comunitário cultural, quanto ao fortalecimento de um determinado sistema ou sentimento nacional. Deve-se entender aí, em contrapartida, a questão ucraniana no período, o projeto getulista de reafirmação nacional também por meio da questão idiomática. Além da reafirmação de símbolos nacionais, o idioma é um fator que pode juntar pessoas em torno de uma mesma ideia ou valor; um idioma comum a todos reforça o sentimento comunitário e, portanto, o senso nacional e patriótico.

Partindo de uma perspectiva freiriana, podemos compreender que o processo de aprendizagem e alfabetização humana nos é fundamental para compreendermos, interagirmos e nos conectarmos ao mundo, à sociedade e a nós mesmos. Assim, quando a questão do idioma é silenciada, os referenciais de um sujeito ou comunidade podem também ser cerceados, se a prática idiomática está ligada a capacidade de se comunicar e ressignificar o mundo, como o fazer sem esses elementos?

O diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana; ele é relacional e, nele ninguém tem iniciativa absoluta. Os dialogantes “admiram” um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem; nele põem-se e opõem-se [...] O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização.<sup>33</sup>

### Considerações finais

Prudentópolis é atualmente tida como a cidade com maior concentração de ucranianos fora da Ucrânia, por isso ela ganhou sua fama de “Ucrânia brasileira”. Os imigrantes que vieram para terras paranaenses esperavam principalmente uma melhora de vida com relação ao que lhes era apresentado em território ucraniano no século XIX, em meio ao jugo imperial e à consequente pobreza social. Quando o “convite” brasileiro fora feito a essas pessoas, o medo era um dos sentimentos primordiais dos indivíduos, tanto em uma jornada árdua por mar, em que nem todos saíam ilesos, quanto com a situação frustrada com a que se encontraram quando aportaram no Brasil. Leva-se em conta que, como afirma Oksana Boruszenko (1967), a imigração ucraniana pode ser dividida em três momentos<sup>34</sup>, porém ao que cabe o início do assentamento paranaense discorreremos ao longo de nosso artigo. O distanciamento do universo simbólico a que essas pessoas se depararam fora uma das razões para a vinda de padres e o

<sup>33</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 66ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 22.

<sup>34</sup> De acordo com Boruszenko, esses três momentos são, respectivamente: Fins do século XIX, Após a Primeira Guerra Mundial e após a Segunda Guerra Mundial.

início da imprensa ucraniana; assim, o contato com seu universo religioso seria fundamental para os ucranianos:

Nos primeiros meses passados nessas colônias, eles viveram uma ruptura brusca com tudo o que lhes era familiar. O primeiro elemento familiar que deixou de existir para eles foi o contato com as pessoas que lhes eram conhecidas em suas aldeias de origem: ao migrar para o Paraná, esses rutenos romperam os vínculos imediatos que os ligavam a seus vizinhos, aos senhores locais e aos padres.<sup>35</sup>

Sobre essa ligação a religiosidade que da forma a imprensa ucraniana, Guérios ainda comenta que:

As tentativas de manter a vitalidade das práticas religiosas exigiam grandes sacrifícios. No nº 11 do primeiro jornal *Pratsia*, por exemplo, um padre relata que em 1898, na colônia de Castelhanos, um dos migrantes adoeceu gravemente, e expressou sua preocupação em morrer sem sua última confissão.<sup>36</sup>

A identidade social ucraniana está quase que intrinsecamente ligada à questão religiosa; não é mero acaso que foram os padres vindos diretamente da Ucrânia a pedido dos colonos, os responsáveis pela criação e divulgação da imprensa e conseqüentemente a manutenção cultural local, além de informar a comunidade acerca do contexto ucraniano. Logo, entendemos que, como argumenta Boruszenko: “A imprensa procurou desde o início da imigração e até os dias atuais interessar os ucranianos nos problemas políticos da Ucrânia”<sup>37</sup>. Apesar disso, em momento nenhum nos primeiros decênios do século XX houve algum tipo de cerceamento a esses jornais, no sentido de o encerramento de suas atividades vir a ser uma necessidade, o que só ocorreu, como vimos ao longo do trabalho, a partir da década de 40.

Os ucranianos foram uma das comunidades étnicas que sofrera perseguições e represálias durante o Estado Novo, seja pelas políticas de Estado brasileiro e pela lei do crime idiomático, seja pelo contexto global colocado pela Segunda Guerra. Aliás, quando pensamos nesses dois fatores não devemos tratá-los como acontecimentos à parte um do outro, pois vimos, por exemplo, que, entre as inúmeras complexidades do presidente da época, os seus métodos considerados por muitos autoritários e seu flerte com os regimes europeus, inclusive a extradição de Olga Benário, mostram que a experiência brasileira não pode ser colocada como um fator isolado da mundial. Apesar disso, a questão ucraniana não se abalou: de fato grande parte das etnias perseguidas durante o período, ou melhor, das manifestações étnico-culturais, fora resgatada passado o período, sendo que até os dias atuais continuam promovendo e difundindo sua cultura.

<sup>35</sup> GUÉRIOS, Paulo Renato, Op cit. p. 127.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>37</sup> BORUSZENKO, Oksana. Op cit, p. 436.

Prudentópolis e outras localidades que possuem legados da colonização e da presença ucraniana possuem diversos grupos de manifestações culturais, sejam essas manifestações através das tradicionais *Pêssankas*, dos ritos de benzimento de alimentos e recursos naturais e de grupos folclóricos, como o *Barvinok* em Curitiba e o *Vesselka* em Prudentópolis, ocorrendo também reuniões e festividades da comunidade ucraniana recorrentemente. Logo:

Quando consideramos que a realidade é socialmente construída e que esse processo é constantemente reformulado, admitimos igualmente, que a identidade é uma construção social a partir da relação com o outro.<sup>38</sup>

Dessa forma, podemos considerar também que a relação ucraino-brasileira foi fundamental para a manutenção e a ressignificação das manifestações culturais. Compreendemos que essas manifestações culturais são parte e produto de constantes atos de ressignificações, reconstruções e processos que, em contato com a modernidade, com os próprios indivíduos e com as diversas experiências, tensionam-se:

Assim, a identidade individual e também coletiva são socialmente construídas e reconstruídas a partir das relações sociais estabelecidas e vivenciadas nas tensões constantes entre os discursos e as práticas, entre o que é instituído como regra a ser cumprida e o que é desregrado. Nesse sentido, a identidade não é “natural”, nem inerente ao indivíduo. Ela preexiste a ele. É uma construção social relacionada com a vivência e com a memória.<sup>39</sup>

Ainda levando em conta o aparato identitário ressignificado por meio do universo cultural comunitário, compreende-se, por meio de noções já colocadas por Pierre Bourdieu, a questão do *capital simbólico* que deve ser levada em conta quando buscamos analisar uma comunidade ou povo. Principalmente nas situações que envolvem comunidades imigrantes, essa necessidade ritualística e cultural que remete a sua terra mãe faz-se essencial. Em virtude disso, de acordo com o próprio Bourdieu: “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem”<sup>40</sup>. É de convirmos a partir daí que a “ordem” construída através desses aparatos simbólicos busque a manutenção cultural que vise a dar um sentido para os imigrantes, norteando suas vidas cotidianas e práticas rotineiras. Sendo assim, a prática idiomática entre essas pessoas seria uma parte fundante da manutenção de costumes, já que ela ao mesmo tempo liga o sujeito a sua terra natal, como mantém seu lar “vivo” em um lugar outro para a comunidade. Portanto, entende-se que, quando a partir do crime idiomático essa prática passou a ser ameaçada, passou a ser também o universo simbólico de boa parte da comunidade.

<sup>38</sup> SKAVRONSKI, Maria Inêz Antonio. Op cit, p. 74.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>40</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 9.

Como já observamos, o “forjamento” de uma identidade nacional depende não apenas de fatores materiais, mas também de todo um universo simbólico para sua construção. Neste sentido, compreendemos que, no caso do cerceamento étnico e do “crime idiomático” durante o Estado Novo, que promoveu o fechamento da imprensa ucraniana e a pausa na circulação de seu porta-voz principal, o jornal *Prácia* é parte de um projeto nacional que não se limita apenas ao contexto mundial de desconfiança quanto a esses povos, mas possui também toda uma carga simbólica em seu entorno.

Por fim, reafirmamos que o objetivo deste trabalho foi o de trazer à tona uma das questões envolvendo comunidades étnicas, voltando-se mais para a questão ucraniana, no Brasil durante o Estado Novo, apesar de ser uma questão que pode ser aprofundada futuramente pela comunidade historiadora. Procuramos através da pesquisa levantar a necessidade de tal estudo aprofundado; apesar de o Estado Novo ser palco de inúmeros trabalhos, a questão da lei de crime idiomático e do cerceamento que isso levou as questões da imprensa e da comunidade estrangeira ainda nos parece pouco explorada. Esperamos, assim, através desta contribuição a ampliação do leque do historiador e das perspectivas historiográficas futuras.

## Referências

- ALMEIDA, Letícia Leal de. **Regionalismo paranaense: do esboço de uma sinopse de história regional do Paraná à história do Paraná (1951-1969)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Estadual de Ponta Grossa 2016.
- BALBAAKI, Angela Corrêa Ferreira. Ensino língua portuguesa para surdos no Estado Novo: por uma história das ideias linguísticas. **Lingvarvm Arena**. Porto, v. 10. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BORUSZENKO, Oksana. A imigração ucraniana no Paraná. **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH**, Porto Alegre, set. 1967.
- BUENO, Alexandre Marcelo. O Estado Novo e sua relação com os imigrantes: a língua como defesa dos valores nacionais. **Estudos Semióticos**. São Paulo, n. 4. 2008.
- CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira, Volume 3: República – Memórias (1889-1950)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 66ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

- GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. **Revista de História, Juiz de Fora**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 171-187, (abr/jun). 2009.
- GUÉRIOS, Paulo Renato. **A imigração ucraniana ao Paraná: Memória, identidade e religião**. 1ª ed. Curitiba: Editora UFPR, 2012.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- OLIVEIRA, Gilvan Muller de. Plurilinguismo no Brasil: Repressão e resistência linguística. **Synergies Brésil**. Brasília, v. 1, n. 7, p. 19-26. 2009.
- OLIVEIRA, Márcio de. A cidade de Curitiba e os imigrantes alemães durante a primeira guerra mundial, uma análise da imprensa local. **Cadernos Ceru**. São Paulo, v. 23, n. 2. 2012.
- ORWELL, George. **1984**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- PRADO, Anderson. **O jornal ucraniano-brasileiro Prácia: Prudentópolis e a repercussão do Holodomor (1932-1933)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017.
- PRADO, Anderson. **Holodomor (1932-1933): Repercussões no jornal ucraniano-brasileiro Prácia**. 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.
- SKAVRONSKI, Maria Inêz Antonio. **Rezar e benzer: Rituais sagrados e identidade étnica em Prudentópolis – PR (1990-2014)**. Dissertação (Mestrado em História, cultura e identidades – Área de concentração: História, cultura e identidades) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015.
- SMAHA, Edina; PENKAL, Loremi Loregian. Crenças que desencadeiam atitudes desfavoráveis à manutenção da língua ucraniana em Prudentópolis, Paraná. **Revista Interfaces**, Guarapuava, v.10, n. 1, p. 151-161, (jan/abr). 2019.